

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE EMBALAGEM
Proposta de roteiro para elaboração

Setembro / 2025

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE EMBALAGEM

SUMÁRIO

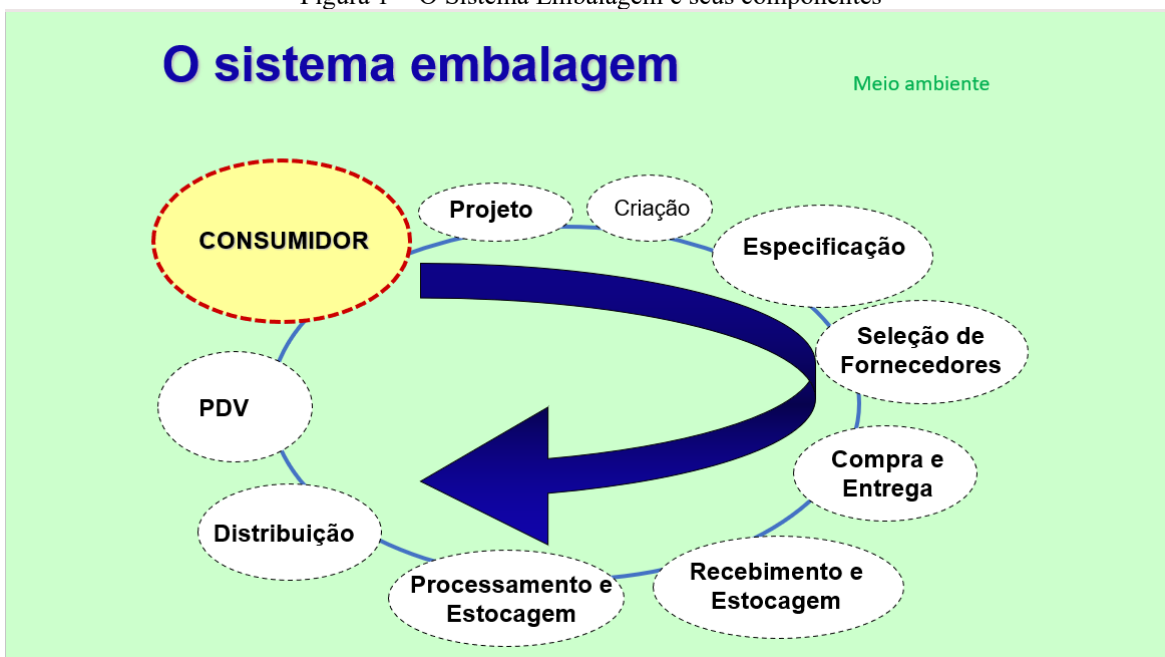
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS	5
3. TÓPICOS SUGERIDOS PARA A ESTRUTURA DO PLANO	6
4. SITUAÇÃO ATUAL BRASILEIRA	7
5. VISÃO, MISSÃO E VALORES	8
6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	9
7. DIRETRIZES E AÇÕES PRIORITÁRIAS	9
8. GOVERNANÇA DO PLANO.....	11
9. METAS E INDICADORES.....	11
10. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO	12
11. CONCLUSÃO	12
12. ALGUMAS REFERÊNCIAS	12

PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE EMBALAGEM¹

1. INTRODUÇÃO

As embalagens são essenciais para a proteção dos produtos, e para a logística, o marketing e o consumo. Elas funcionam como verdadeiros “guarda-costas” dos produtos. Por essa razão, devem ser estudadas, compreendidas e gerenciadas de forma sistêmica. O Sistema Embalagem representado na Figura 1 facilita a compreensão desse conceito. Nessa figura, é possível observar seus componentes circundados por linhas pontilhadas que indicam a suscetibilidade de cada um deles às influências externas. Trata-se, portanto, de um sistema aberto.

Figura 1 - O Sistema Embalagem e seus componentes



¹ Elaborado com consultas frequentes ao ChatGPT.

O Brasil não possui um "Plano Nacional Estratégico de Embalagem" formalizado com esse nome. Existem diversas iniciativas e políticas públicas visam modernizar setores, promover a inovação e atender às exigências ambientais e regulatórias e que abordam direta ou indiretamente o universo das embalagens, especialmente no contexto da responsabilidade ambiental. Por exemplo:

- Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída pela Lei 12.305/2010.
- Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES) publicado em 29 de dezembro de 2022, pela Portaria nº 1.090/2022, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC), instituída pelo Decreto nº 12.082, de 27 de junho de 2024.
- Plano Nacional de Logística (PNL), cuja versão mais recente foi aprovada em 15 de outubro de 2021, pelo Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Infraestrutura.

Elaborar um Plano Estratégico é uma tarefa árdua e demorada que pressupõe a prévia elaboração de um documento base (leia-se um guia) a ser discutido, criticado, complementado e, talvez, elogiado.

Esta proposta de roteiro para elaboração do "Plano Nacional Estratégico de Embalagem" pretende estimular reflexões e fomentar um movimento colaborativo em torno dessa ideia. Para tanto, deverá haver o engajamento de todos que acreditam que o caminho do futuro passa pelas embalagens e exige **inteligência coletiva, consenso e ação**.

Em síntese, esta proposta visa implementar uma estratégia inclusiva, inovadora e competitiva, que contemple uma visão sistêmica, enfatize a responsabilidade ambiental e promova a justiça social.

2. OBJETIVOS

O objetivo deste documento é ser considerado um ponto de partida, uma espécie de base, para discussões subsequentes que visem construir o “Plano Nacional Estratégico de Embalagem” a ser implantado como instrumento que:

- represente pacto de não agressão entre os materiais e promova a cooperação e o não confronto;
- proponha a inserção da educação sobre embalagens desde os primeiros anos escolares, conscientizando sobre seu papel essencial na preservação da vida.
- rejeite o princípio maquiavélico² de divisão como instrumento de controle:

Os nossos antepassados [...]mantinham as discórdias entre os partidos para dominá-las mais facilmente.

- preveja a liderança de um comitê gestor plural, com foco em inovação, agilidade e superação de rivalidades setoriais.

A expectativa é que seja **inclusivo, inovador e competitivo**, que equilibre preservação ambiental, desenvolvimento econômico e justiça social e que possa ser implantado em médio prazo, talvez 5 anos.

O público-alvo que se pretende atingir é constituído pelos órgãos governamentais, indústrias fabricantes e usuárias de embalagens, atores das cadeias produtivas, sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, investidores, catadores e cooperativas e, obviamente, consumidores.

² Frase transcrita do Capítulo XX de “O Príncipe” - ² MACHIAVELLI, N. O Príncipe / traduzido do italiano por Maurício Santana Dias ; prefácio de Fernando Henrique Cardoso ; tradução dos apêndices por Luiz A. de Araújo. – São Paulo : Penguin Classics – Companhia das Letras, 2010.

3. TÓPICOS SUGERIDOS PARA A ESTRUTURA DO PLANO

- Redigir escopo e propósito, de forma a deixar clara a situação que se pretende transformar e o papel esperado dos *stakeholders*.
- Realizar o diagnóstico estratégico que tenha sido elaborado de forma a:
 - contemplar a correta coleta e análise de dados via entrevistas com os *stakeholders*;
 - a cuidadosa consulta às publicações disponíveis nas fontes bibliográficas nacionais e, como referência, as fontes internacionais;
 - rever as políticas já existentes;
 - mapear corretamente as cadeias produtivas para que as reais capacidades colaborativas dos *stakeholders* tenham sido determinadas;
 - entrevistar especialistas e *stakeholders*;
- Definir visão, missão e princípios norteadores.
- Estabelecer objetivos estratégicos claros, mensuráveis e realistas e respectivos prazos de implantação (curto, médio e longo).
- Definir eixos estratégicos (por exemplo, regulação e incentivos, pesquisa e desenvolvimento, educação e consumo consciente, infraestrutura de reciclagem, articulação internacional) e linhas de ação para organizar o plano em áreas prioritárias.
- Definir indicadores e metas a serem atingidas nos prazos pré-determinados.
- Deixar claros os mecanismos de implementação e a governança para definir:
 - os responsáveis pela execução;
 - o *modus operandi* da coordenação interinstitucional;

- comitês, fóruns e conselhos de acompanhamento;
- consultas públicas necessárias para a elaboração e implementação do Plano.
- Definir o mecanismo de engajamento dos stakeholders governo, setor produtivo, academia, sociedade civil.
- Estabelecer as estratégias de comunicação institucional e de lançamento (linguagem e identidade visual).
- Prever ciclos de atualização e de revisão periódica.

4. SITUAÇÃO ATUAL BRASILEIRA

Os diversos aspectos brasileiros daquele que pode ser chamado o Sistema Embalagem, foi esquematizado anteriormente neste documento (vide Figura 1), podem ser resumidos como se segue e precisam ser detalhados na elaboração do Plano Estratégico Nacional de Embalagem.

- Gestão de resíduos: baixa reciclagem, forte presença do setor informal.
- Meio ambiente: acúmulo de resíduos mal descartados deixando claro o potencial de economia circular a ser aproveitado. Vale citar aqui a provocadora frase de Luc Ferry³, pronunciada no evento Fronteiras do Pensamento, edição 2022: “a natureza não tem lixeira”.
- Desigualdades sociais e diversidade regional: catadores atuam em condições precárias e formam cooperativas com diversas estruturas administrativas. Vale aqui

³ 3 ideias sobre Ecomodernismo - disponível em https://www.google.com/search?q=luc+ferry+fronteiras&source=lmns&tbm=vid&bih=656&biw=1519&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj00Pju_IH-AhVsjZUCHVuxDSgQ_AUoAnoE_CAEQA#fpstate=ive&vld=cid:5d6da378,vid:P12tvhzLRMQ – último acesso em 25 de agosto de 2025.

citar o documento *World Inequality Report 2022*⁴ com um retrato das desigualdades no mundo, inclusive a brasileira.

- Regulação: políticas como o PNRS preveem responsabilidade compartilhada, mas precisam ser mais bem analisadas para assegurar a correta implantação.
- Disponibilidade de tecnologia: existem oportunidades para adotar procedimentos lastreados na responsabilidade ambiental, por exemplo, ecodesign, economia circular e rastreabilidade.
- Cultura: há um longo trabalho a executar para aprimorar a educação ambiental brasileira.
- Logística: reduzir / eliminar as desigualdades na infraestrutura logística

5. VISÃO, MISSÃO E VALORES

Há que compartilhar visão sistêmica e integrada , missão e valores entre todos os stakeholders. A título de exemplo são apresentados os seguintes:

- Visão: o Sistema Embalagem brasileiro é reconhecido por circularidade, inclusão e inovação.
- Missão: transformar o ciclo de vida das embalagens por meio da cooperação multissetorial, de modo a: a) adicionar e compartilhar de forma equânime o valor gerado nas cadeias produtivas promovendo valor compartilhado e b) minimizar impactos negativos que podem ser gerados pelas atividades humanas e empresariais.
- Valores: responsabilidade ambiental, responsabilidade social, inovação, transparência e cooperação entre os stakeholders.

⁴ Disponível em https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D_FINAL_WIL_RIM_RAPPORT_2303.pdf, último acesso em 25 de agosto de 2025.

6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos sugeridos para o Plano são apresentados abaixo.

- Ambiental: reduzir desperdícios e maximizar recuperação de materiais incentivando práticas de responsabilidade ambiental.
- Econômico: fortalecer competitividade e fomentar inovação no setor.
- Social: integrar catadores e cooperativas ao sistema formal.
- Tecnológico: estimular ecodesign funcional, rastreabilidade e novos materiais.
- Regulatório: consolidar a responsabilidade estendida do produtor.
- Cultural: sensibilizar / engajar consumidores e promover educação ambiental.

7. DIRETRIZES E AÇÕES PRIORITÁRIAS

As diretrizes e ações prioritárias relacionadas abaixo são propostas e precisam ser exploradas na elaboração do Plano:

- Responsabilidade ambiental:
 - Estabelecer metas de redução, reutilização e reciclagem.
 - Expandir logística reversa e integrar setor informal.
 - Incentivar o ecodesign funcional.
 - Incentivar a inclusão social:
 - Formalizar e capacitar catadores.
 - Apoiar cooperativas com infraestrutura e crédito.
 - Pagamento por serviços ambientais de coleta e triagem.
- Desenvolvimento Econômico:
 - Criar incentivos fiscais e linhas de crédito para a indústria desenvolver embalagens sustentáveis.
 - Apoiar as micro, pequenas e médias empresas e startups do setor.

- Criar de selos para incentivar iniciativas, por exemplo, “Embalagem Circular Brasileira”, “Embalagem Inovadora Premiada”.
- Estimular demanda por embalagens sustentáveis.
- Incentivar a compra pública verde.
- Inovação Tecnológica
 - Criar fundo de P&D para: novos materiais e soluções; design sustentável; e design para desmontagem.
 - Incentivar provas de conceito e pilotos regionais de embalagens inovadoras.
 - Adotar a rastreabilidade digital com QR codes.
 - Incentivar start-up’s.
- Regulação e Governança
 - Desenvolver, aprovar e implantar este Plano.
 - Harmonizar normas federais, estaduais e municipais.
 - Monitorar e reportar os resultados.
- Educação e Comunicação
 - Implantar campanhas nacionais de conscientização dos consumidores e incentivo à adoção de hábitos ambientalmente responsáveis, que incluem o consumo consciente.
 - Inserir temas relacionados à responsabilidade ambiental em currículos escolares e técnicos.
 - Implantar programas de engajamento empresarial e reconhecimento público.
- Inclusão social
 - Capacitar catadores e profissionais que atuam nas unidades de triagem.
 - Valorizar catadores e profissionais que atuam nas unidades de triagem.
 - Integrar o setor informal à cadeia formal de reciclagem.

8. GOVERNANÇA DO PLANO

Sugere-se que a governança deste Plano seja exercida como se segue:

- Comitê Nacional Multissetorial de Embalagens (CNME), que terá a responsabilidade pela execução deste Plano.
- Secretaria Executiva que será responsável pela coordenação técnica.
- Câmaras Temáticas focada nos temas ambientais, sociais, tecnológicas, regulatórias e educacionais.
- Gestão financeira: avaliar as possibilidades de financiamento público-privado, com incentivos fiscais e fundos setoriais.

9. METAS E INDICADORES

O Plano deve deixar claras as metas e os indicadores. A Tabela 1 apresenta alguns exemplos.

Tabela 1 – Exemplos de metas e indicadores para as várias dimensões

Dimensão	Meta 2030	Indicador
Ambiental	Divulgação e certificação do Design for Excellence (DfE)	Número de organizações certificadas
	80% embalagens recicláveis na empresa	número de embalagens recicláveis / número total de embalagens na empresa
	50% conteúdo reciclado	% conteúdo reciclado
Social	100% cooperativas formalizadas	Número de catadores formalizados
	Renda mínima dos cooperados igual a 3 salários mínimos	Salário mínimo
Econômica	3% de crescimento do PIB do setor embalagem gerado por embalagens sustentáveis e/ou inovadoras	PIB do setor no ano referência / PIB do setor no ato anterior
Tecnológica	3% de crescimento do PIB do setor embalagem gerado por embalagens que utilizam tecnologias inovadoras	Nº de patentes
Regulatória	90% adesão às normas reguladoras em cada setor	número de empresas certificadas / número total de empresas
Cultural	50% população consciente sobre descarte	Pesquisa de percepção pública

10. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

A expectativa de implementação deste Plano é de 5 anos, seguindo as seguintes a seguir descritas.

- a) Estruturação e definição de indicadores (1 ano).
- b) Provas de conceito e pilotos regionais e setoriais (2 anos).
- c) Escalonamento e regulação plena (3 a 5 anos).
- d) Avaliação e revisão a cada 2 anos.

É essencial o engajamento de todos os stakeholders citados neste Plano via fóruns públicos, convites a laboratórios de inovação e consultorias regionais.

11. CONCLUSÃO

A implantação deste Plano Nacional de Embalagem embalagens depende da colaboração entre todos os stakeholders e propõe instrumentos, metas e governança para construir Sistemas Embalagem que contribuam para aumentar a competitividade e reduzir as desigualdades no Brasil.

12. ALGUMAS REFERÊNCIAS

- **Austrália**

A Austrália tem documentos que podem ser considerados um plano nacional estratégico de embalagens, com metas, instrumentos, governança e acompanhamento explícitos.

- **National Packaging Targets (NPTs):** compromisso nacional de indústria e governo para transição a uma economia circular de embalagens (ex.: 100% das embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis até 2025; eliminação de plásticos problemáticos).

- **APCO 2030 Strategic Plan⁵**: plano estratégico lançado em 19 de agosto de 2024 pela Australian Packaging Covenant Organisation, com novos mecanismos (como taxas eco-moduladas) para entregar os objetivos dos NPTs e criar incentivos econômicos à circularidade.
- **National Plastics Plan⁶** complementa esse esforço, definindo abordagem sobre redução, reciclagem e alternativas a plásticos desnecessários. DCCEEW Agricultura Austrália
- **Reino Unido – Extended Producer Responsibility (EPR) e políticas correlatas**

O Reino Unido incorporou a embalagem dentro de um plano nacional por meio de reformas regulatórias:

Extended Producer Responsibility for Packaging⁷: esquema nacional (em vigor pleno a partir de 2025) que torna os produtores financeiramente responsáveis pela gestão do fim de vida da embalagem, com coleta de dados, taxas e obrigações de reciclagem.

Essas ações compõem o “plano” do país para governar o impacto das embalagens no meio ambiente e orientar o design, uso e pós-uso.

- **Canadá – Canada Plastics Pact (Roadmap to 2025)**

O **Canada Plastics Pact** é uma iniciativa colaborativa (parte da rede global da Ellen MacArthur Foundation) com um **Roadmap to 2025** para criar uma economia circular para embalagens plásticas. Reúne governo, indústria e ONGs em metas compartilhadas e ações coordenadas sobre design, coleta, reciclagem e transparência de dados.

Há também consultas governamentais e desenvolvimentos regulatórios complementares visando reduzir resíduos de embalagens plásticas.

⁵ Packaging Covenant Documents - Disponível em <https://apco.org.au> último acesso em 26 de agosto de 2025.

⁶ Disponível em <https://www.dcceew.gov.au>, último acesso em 28 de agosto de 2025.

⁷ Disponível em <https://www.gov.uk>, último acesso em 26 de agosto de 2025.